

## A CONFORMAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E DAS IDENTIDADES EM MICHAEL POLLAK, NÉSTOR GARCÍA CANCLINI E STUART HALL

### THE CONFORMATION OF THE COLLECTIVE MEMORY AND THE IDENTITIES IN MICHAEL POLLAK, NÉSTOR GARCÍA CANCLINI AND STUART HALL

André Ricardo dos Santos Lopes<sup>1</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8200-9521>

Submissão: 12/07/2023

Aprovação: 31/08/2023

#### RESUMO:

Neste artigo será discutido o problema da conformação da memória coletiva e a constituição de identidades a partir dos trabalhos de Michael Pollak, Néstor García Canclini e Stuart Hall. Para tanto, serão analisados: em um primeiro momento, o texto “Memória, esquecimento, silêncio” (1989), de Pollak; em seguida, o texto “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional” (1994), de García Canclini; e, por fim, o texto “Who needs ‘identity’?” (1996), de Hall. Este trabalho se justifica a partir da necessidade de se debater o que são e qual o papel das memórias coletivas e identidades em um mundo que se encontra em diversos processos de mundialização, em um cenário de constante comunicação intercultural. O objetivo deste trabalho é o de observar como se dá a construção das memórias coletivas e das identidades nos três autores escolhidos e como suas reflexões sobre este tema se aproximam entre si. O presente trabalho utilizará como método o levantamento bibliográfico das obras dos autores analisados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória coletiva. Identidade. Patrimônio Cultural. Nação.

<sup>1</sup> Mestrando em Direitos Humanos (PPGD FDUSP). Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos (Università di Pisa) e em Direito Internacional Aplicado (ESA OAB-SP; Ebradi). Bacharel em Direito (PUC-SP) e História (FFLCH-USP). Pesquisador do CIDHSP/APD, da Academia Paulista de Direito, vinculado à Cadeira SanTiago Dantas. Advogado. E-mail: [andre.ricardo.lopes@alumni.usp.br](mailto:andre.ricardo.lopes@alumni.usp.br) - Ark:/80372/2596/v13/017

**ABSTRACT:**

This article will discuss the problem of conformation of the collective memory and the constitution of identities based on the works of Michael Pollak, Néstor García Canclini and Stuart Hall. For this purpose, will be analyzed: at first, the article “Memory, forgetting, silence” (1989), by Pollak; then, the article “The cultural heritage and the imaginary construction of the national” (1994), by García Canclini; and, finally, the article “Who needs ‘identity’?” (1996), by Hall. This work is justified from the need to debate what are and what is the role of collective memories and identities in a world that is undergoing several processes of globalization, in a conjuncture of constant intercultural communication. The objective of this work is to observe how the construction of collective memories and identities takes place in the three chosen authors and how their thoughts on this subject approach each other. The present work will use as a method the bibliographic survey of the works of the analyzed authors.

**KEYWORDS:** Collective memory. Identity. Cultural heritage. Nation.

**SUMÁRIO:** Introdução. 1 Michael Pollak. 2 Néstor García Canclini. 3 Stuart Hall. Considerações Finais. Bibliografia.

**INTRODUÇÃO**

Neste artigo será discutido o problema da conformação da memória e a constituição de identidades a partir dos trabalhos do sociólogo austríaco (radicado francês) Michael Pollak, do antropólogo e sociólogo argentino Néstor García Canclini e do sociólogo e teórico cultural britânico-jamaicano Stuart Hall.

Para tanto, em um primeiro momento, será analisado o texto “Memória, esquecimento, silêncio”, de Pollak, publicado em 1989. Em seguida, será analisado o texto “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”, de García Canclini, publicado em 1994. Por fim, será analisado o texto “Who needs ‘identity’?”, de Hall, publicado em 1996.

Este trabalho se justifica a partir da necessidade de se debater o que são e qual o papel das memórias coletivas e identidades em um mundo que se encontra em diversos processos de mundialização, em um cenário de constante comunicação intercultural.

O objetivo deste trabalho é o de observar como se dá a construção das memórias coletivas e das identidades nos três autores escolhidos e como suas reflexões sobre este tema se aproximam entre si.

A fim de alcançar este objetivo, o presente trabalho utilizará como método o levantamento bibliográfico das obras dos autores analisados. A partir de então, será realizada a leitura crítica e comparativa dos textos selecionados.

## 1. MICHAEL POLLAK

Michael Pollak, em seu texto “Memória, esquecimento, silêncio”, publicado pela primeira vez em 1989, em língua portuguesa (traduzido por Dora Rocha Flaksman), na Revista Estudos Históricos, trata da construção da memória coletiva, suas contradições, apagamentos, silêncios e “não-ditos”<sup>2</sup>.

Pollak inicia o texto abordando e contextualizando conceitos acerca da memória com os quais irá trabalhar neste artigo: monumentos, memória coletiva, memória individual e memórias subterrâneas.

Primeiramente vai abordar os monumentos, baseando-se na ótica do historiador francês Pierre Nora<sup>3</sup>, da corrente historiográfica da Nova História (terceira geração da Escola dos Annales), de que estes são lugares de memória que nos acompanham, como paisagens, datas, personagens, tradições, música e culinária<sup>4</sup>.

Neste momento, para uma compreensão mais profunda do que Pollak pretende apresentar, vale mencionar as noções de monumento e documento do historiador medievalista francês Jacques Le Goff, contemporâneo de Nora e também da corrente da Nova História. De acordo com Le Goff, aplicam-se à memória coletiva e a sua forma científica, a História, dois

<sup>2</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio (Tradução de Dora Rocha Flaksman). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 12 ago. 2023.

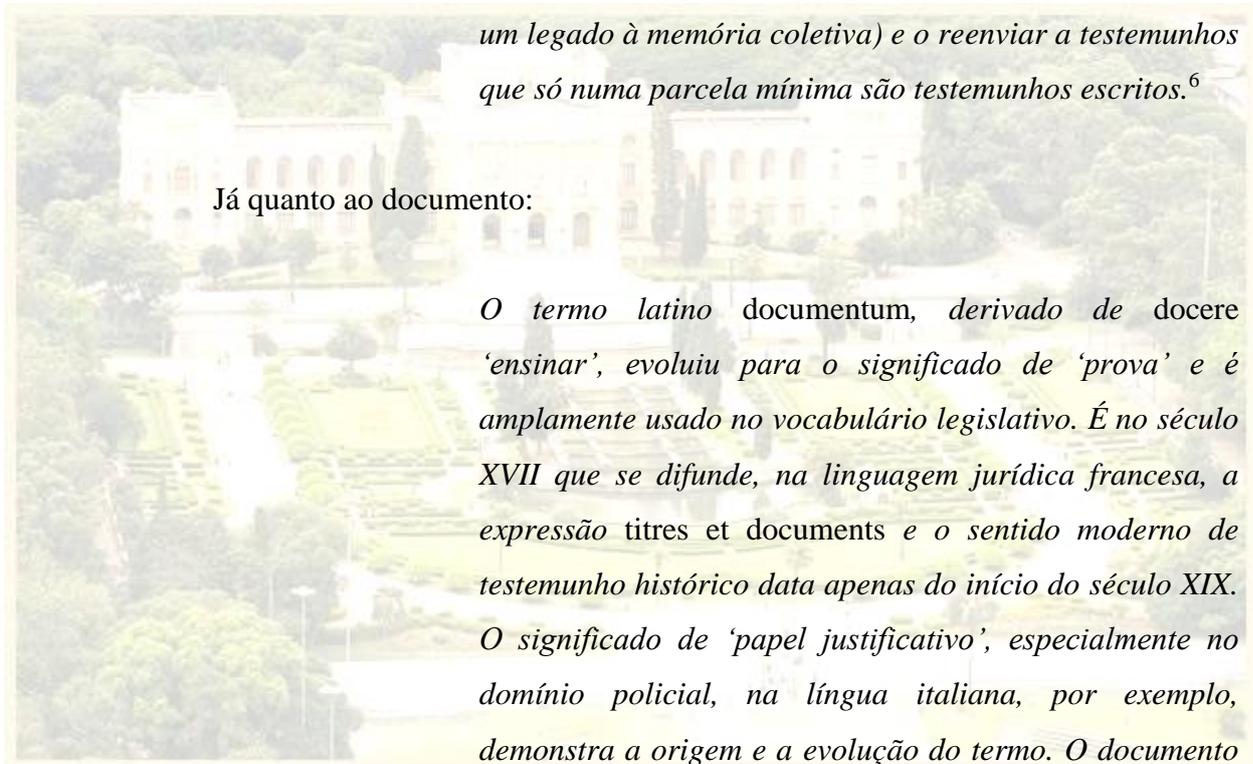
<sup>3</sup> NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1985 *apud* POLLAK, 1989, p. 3. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>4</sup> POLLAK, 1989, p. 3.

tipos de materiais principais: os monumentos, herança do passado; e os documentos, escolha do historiador<sup>5</sup>.

A respeito do monumento, ensina Le Goff:

*O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.*<sup>6</sup>



Já quanto ao documento:

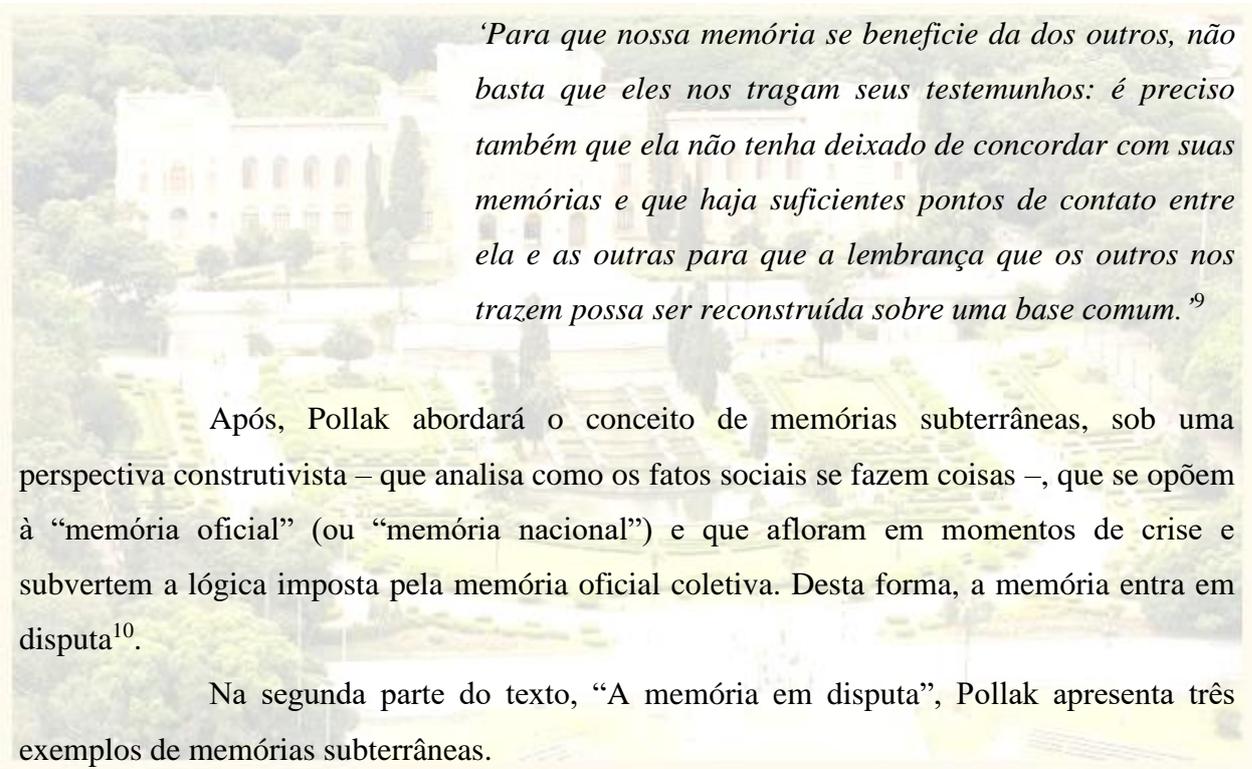
*O termo latino documentum, derivado de docere 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão titres et documents e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de 'papel justificativo', especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à*

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 535, Coleção Repertórios.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 535-536.

*intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito.*<sup>7</sup>

Em seguida, Pollak apresentará o conceito de memória coletiva, sob a perspectiva durkheimiana – que trata fatos sociais como coisas –, que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais<sup>8</sup>. A memória coletiva estaria em constante negociação com a memória individual. Acerca dessa negociação, Pollak cita Maurice Halbwachs, sociólogo francês da escola durkheimiana:



*‘Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.’<sup>9</sup>*

Após, Pollak abordará o conceito de memórias subterrâneas, sob uma perspectiva construtivista – que analisa como os fatos sociais se fazem coisas –, que se opõem à “memória oficial” (ou “memória nacional”) e que afloram em momentos de crise e subvertem a lógica imposta pela memória oficial coletiva. Desta forma, a memória entra em disputa<sup>10</sup>.

Na segunda parte do texto, “A memória em disputa”, Pollak apresenta três exemplos de memórias subterrâneas.

Ao abordar as “memórias proibidas”, utilizará como exemplo a questão dos crimes stalinistas, quando, após a morte de Stalin, há uma reviravolta da visão histórica acerca da URSS e a posterior destruição de símbolos soviéticos.

*Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a*

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 536.

<sup>8</sup> POLLAK, 1989, p. 3.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 4.

*significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.*<sup>11</sup>

Já ao abordar a questão das “memórias indizíveis”, utilizará como exemplo a questão dos sobreviventes dos campos de concentração na Alemanha e Áustria, onde ocorreram as deportações para os campos de extermínio. Neste caso, há sentimentos ambivalentes acerca da memória. No retorno do campo, as vítimas lidam com o tabu do nazismo e o retorno à convivência com aqueles que apoiaram ou consentiram sua deportação. Desta forma, silenciam o passado. Anos depois, há a ruptura do silêncio por razões políticas e familiares<sup>12</sup>.

Por sua vez, ao abordar a questão da “memória envergonhada”, o autor utilizará como exemplo a questão dos alsacianos recrutados à força, para lutar na Segunda Guerra Mundial ao lado da Alemanha nazista. Os alsacianos foram submetidos ao silêncio e à renegação de si, que se viam como franceses<sup>13</sup>. Esta seria uma questão comum em regiões fronteiriças da Europa.

Na terceira parte do texto, “A função do ‘não-dito’”, Pollak afirma que os exemplos das “memórias proibidas”, “memórias indizíveis” e “memórias envergonhadas” apontam a vivacidade das lembranças desses grupos por anos. Estas memórias se opõem à mais legítima das memórias coletivas: a memória nacional. Elas são guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade. Geram angústia por não poder dizer, por não ter quem escute, por medo da punição e pela possibilidade de gerar mal-entendidos<sup>14</sup>.

Já na quarta parte do texto, “O enquadramento da memória”, Pollak apresenta uma dupla função da memória coletiva: (1) manter coesão interna, definir lugar, complementariedades e oposições irreduzíveis; e (2) defender fronteiras<sup>15</sup>.

Além disso, irá, principalmente, apresentar o conceito de memória enquadrada, o “trabalho de enquadramento” do historiador francês Henry Rousso<sup>16</sup>. Pollak afirma que

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 5-7.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 7-8.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 8-9.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 9.

“enquadrada” aqui significa “trabalho de enquadramento”, do qual, com base no sociólogo francês Pierre Bourdieu, o trabalho político é seria expressão mais visível desse trabalho de enquadramento da memória<sup>17</sup>.

De acordo com o autor, todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente e deve satisfazer a certas exigências de justificação<sup>18</sup>. O trabalho de enquadramento se alimenta do material fornecido pela história, tem como condição a coerência para cumprir uma exigência de credibilidade e tem como responsáveis os profissionais e historiadores das organizações<sup>19</sup>.

No mais, estariam organizados em produção de discursos – como na História Oral levantada por Dominique Veillon<sup>20</sup> junto às testemunhas sobreviventes do Dia D e da libertação da França – e objetos – como monumentos, museus e bibliotecas<sup>21</sup>. Pollak apresenta como exemplos mais recentes de preservação destas formas de memória os tele-testemunhos e documentários, bem como a produção cinematográfica, citando a minissérie estadunidense *Holocaust* (1978), o documentário francês *Shoah* (1985), o documentário franco-germano-suíço *Le chagrin et la pitié* (1969) e o documentário francês *Français, si vous saviez* (1973)<sup>22</sup>.

As memórias acabam por seguir por dois caminhos possíveis: ou se integram à memória nacional ou seguem por um caminho subterrâneo.

*Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural.*<sup>23</sup>

Além disso, a inversão da análise do enquadramento (global/local) faz os limites do trabalho de enquadramento se tornarem evidentes.

<sup>16</sup> ROUSSO, Henry. Vichy, le grand fossé. *Vingtième siècle*, n. 5, 1985, p. 73 *apud* POLLAK, 1989, p. 9; ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Le Seuil, 1987 *apud* POLLAK, 1989, p. 10.

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. La représentation politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 36/37, 1981, p. 3 *et seq.* *apud* POLLAK, 1989, p. 9, nota de rodapé 21.

<sup>18</sup> POLLAK, 1989, p. 9.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 9-10.

<sup>20</sup> VEILLON, Dominique. La Seconde Guerre Mondiale a travers les sources orales. *Cahier de l'IHTP*, n. 4 (Questions à l'Histoire Orale), 1967, p. 53 *et seq.* *apud* POLLAK, 1989, p. 11.

<sup>21</sup> POLLAK, 1989, p. 11.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>23</sup> *Ibid.*

*Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.<sup>24</sup>*

Por fim, na quarta parte do texto, “O mal do passado”, Pollak expõe as contradições de certos acontecimentos que geram sentimentos ambivalentes. Um exemplo apontado é o da Alemanha no fim da Segunda Guerra Mundial: foi uma libertação, uma guerra perdida ou os dois?<sup>25</sup> Além disso, há o fator do esquecimento, no qual há uma busca por uma “vida normal”<sup>26</sup>.

Pollak aborda também a questão do silêncio para evitar más consequências de sua representação. O autor cita como exemplo os sobreviventes homossexuais dos campos de concentração que, se o seu passado vir a público, podem vir a perder seus empregos ou contratos de aluguel<sup>27</sup>. Isto também ocorre com outras populações estigmatizadas perseguidas, como criminosos, prostitutas, sinti e roma (“ciganos”), “vagabundos”, que são evitadas pela maioria das “memórias enquadradas” e tem tido pouca voz na historiografia<sup>28</sup>.

Segundo o autor, as memórias individuais podem ser apresentadas de inúmeras formas dentro de um contexto. Porém existe um fio condutor: coerência e continuidade garantem a credibilidade. Esse fio é importante para a reconstrução da identidade<sup>29</sup>.

Ao fim, Pollak afirmará que, em nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida<sup>30</sup>.

---

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 14.

*Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de ‘sub-homens’, o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de ‘memória enquadrada’ que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais.<sup>31</sup>*

Para tanto, o autor apresentará o exemplo da mulher deportada, residente em Berlim, que por vezes se referia a si mesma como judia, por vezes como alemã<sup>32</sup>. Ou seja, os grupos “alemã” e “judia” formados pela memória enquadrada, definindo, então, as fronteiras sociais.

## 2. NÉSTOR GARCÍA CANCLINI

O texto de García Canclini aqui trabalhado é “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”<sup>33</sup>, publicado em 1994, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esta é uma tradução feita por Maurício Santana Dias do texto original, “El patrimonio cultural de Mexico y la construcción imaginaria de lo nacional”<sup>34</sup>. Este texto é uma reelaboração do artigo “Los usos sociales del patrimonio cultural”<sup>35</sup>, de 1993, ampliando a discussão acerca do desenvolvimento da problemática da construção imaginária do patrimônio e da identidade nacional.

O eixo central deste texto é o uso do patrimônio cultural para a construção de uma memória social nacional. O texto é dividido em seis partes, que se referem a seis novas

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 13-14.

<sup>33</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional (tradução de Maurício Santana Dias). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

<sup>34</sup> *Id.* El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, E. (coord.). **El patrimonio nacional de México, v. I**. México: FCE; CONACULTA, 1997, p. 57-86.

<sup>35</sup> *Id.* Los usos sociales del patrimonio. In: FLORESCANO, E. (coord.) *El patrimonio nacional de México*. México: FCE, 1993.

questões teóricas e políticas que o autor considera que precisam ser trabalhadas atualmente sobre o tema.

A perspectiva do autor parte do México – como é possível identificar com mais clareza no título original em espanhol –, onde ele é radicado e é professor, desde 1990, da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam)<sup>36</sup>. Ainda assim, este texto é transponível para o contexto brasileiro, a medida em que há pontos de encontro entre a construção histórica nacional do México e do Brasil. Ao pensarmos o uso do patrimônio cultural para a construção de uma identidade nacional no Brasil, podemos pensar no acervo do Museu Paulista – especialmente o quadro “Independência ou Morte”, de Pedro Américo, que estampa materiais didáticos escolares que abordam a História Oficial até o presente momento, ou mesmo as obras da Missão Artística Francesa, do início do século XIX. Neste momento, podemos observar o Estado agenciando as obras de arte que representarão o que é o Brasil.

Todavia, o leitor deve ficar alerta que também há diversos pontos de desencontro entre México e Brasil que devem ser considerados. Um exemplo é o fato do Estado Mexicano pós-revolucionário, especialmente no cardenismo, possuir um investimento incomumente grande na proteção do seu patrimônio cultural, mencionado no texto<sup>37</sup>. De qualquer forma, uma História Oficial consolidada é um elemento necessário para a construção e manutenção do Estado nacional, seja no Brasil, no México ou qualquer outro.

Através de seu texto, o autor demonstra que a identidade nacional é uma construção histórica e fluida. Contudo, deixa claro que a construção desta memória social acaba resultando inevitavelmente em apagamentos, a partir dos processos de negociação, disputas e das representações sociais.

Após discorrer sobre as relações entre patrimônio e imaginário como pilares da construção coletiva de nação, García Canclini inicia sua análise de como a indústria cultural impacta os problemas do patrimônio cultural. A massificação, que ocorre a partir da criação e popularização dos meios de comunicação de massa, não anula, mas reformula as questões tanto da construção desse patrimônio cultural, quanto da participação nesse processo.

A indústria cultural, busca conciliar as visões de mundo antagônicas, eliminando os conflitos dentro de uma mesma cultura e, ao fazer isso, acaba espetacularizando o patrimônio cultural em suas comunicações publicitárias. Ao escolher o que mostrar, como mostrar e de que forma mostrar, os meios de comunicação de massa

<sup>36</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23 - **Cidade**. Rio de Janeiro: Iphan; Ministério da Educação, 1994, p. 298.

<sup>37</sup> GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 101-102.

realizam uma interpretação ideológica do passado, ressemantizando as culturas tradicionais ao seu bem entender.

García Canclini, fala do México quando cita como exemplo a Copa do Mundo de futebol que ocorreu no país, e a tentativa dos meios de comunicação de vincular o futebol, esporte ocidental, ao jogo de bola criado pelos povos da Mesoamérica em tempos pré-colombianos<sup>38</sup>. E, se, de um lado, a mídia está subjugada com os discursos publicitários, do outro o Estado mexicano está alinhado a um conceito de patrimônio bastante defasado. Ao busca proteger e conservar bens históricos e arquitetônicos (incluindo aqui os numerosos sítios arqueológicos e pirâmides espalhadas pelo país) e as atividades artísticas que representam, segundo a interpretação deste mesmo Estado, os valores mais altos da nacionalidade mexicana, o Estado deixa os meios de comunicação de massa à mercê de interesses corporativos.

Diante disso, novos desafios aparecem: como podemos usar os meios para desenvolver consciência social sobre o patrimônio? Quais seriam os limites da ressemantização que a indústria da comunicação realiza sobre as culturas tradicionais?

García Canclini cita o pensamento do sociólogo britânico Raymond Williams acerca do arcaico, do residual e do emergente.

*O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por quem hoje o revive, quase sempre 'de um modo deliberadamente especializado'. Por outro lado, o residual se formou no passado, mas se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais<sup>39</sup>.*

O autor utiliza Williams para investigar o papel das políticas públicas no processo social de desenvolvimento de patrimônio e sua divisão da cultura entre arcaica, residual e emergente, levantando que a política cultural dirigida ao patrimônio

---

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>39</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 1980, p. 143-146 *apud* GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 108.

*[...] não pode apegar-se ao primeiro sentido, como costuma acontecer; precisa articular a recuperação da densidade histórica com os significados recentes que geram práticas inovadoras na produção e consumo<sup>40</sup>.*

Por isso, o autor afirma que é preciso pautar as decisões das políticas públicas em algumas orientações importantes, com o foco nas pessoas, e não nos bens, no equilíbrio entre tradição e modernidade, e no chamamento da população para dialogar democraticamente sobre os impactos dessas políticas em suas comunidades.

Na última parte do seu texto, García Canclini traz para discussão o que nomeia como "*a batalha das definições estéticas*", onde discute a valorização estética e filosófica da autenticidade.

Para o autor, com o advento da massificação e dos ambientes digitais, os conceitos de autêntico e único no campo das artes perdem seus sentidos originais, já que a reprodução e recriação estão em constante movimento e onde o público faz parte da construção dessas releituras artísticas. Nas artes populares, García Canclini levanta um importante ponto ao questionar como o consumo do etiquetado como autêntico se tornou uma marca de distinção social.

Enquanto isso, no patrimônio cultural, a autenticidade é ainda mais difícil de ser discutida, uma vez que as representações culturais, como os museus, não apresentam os fatos, mas representam a histórica. Ou seja, o que encontramos exposto como autêntico e como valioso é fruto de uma cultura que passou por uma seleção ou combinação do que seria mostrado.

Para concluir sua argumentação, García Canclini elabora a ideia de que a política cultural referente ao patrimônio tem como tarefa não apenas resgatar objetos "autênticos", mas os que são culturalmente representativos. O patrimônio histórico, dessa forma, precisa ser entendido como processo, o que é mais interessante do que a mera preservação de objetos, já que eles são importantes sim, mas dentro de um contexto de uso social. A investigação, restauração e difusão do patrimônio não devem ter por finalidade perseguir a autenticidade, ou reinstaurá-la, mas reconstruir a verossimilhança histórica.

Portanto, o que pode ser extraído deste texto é que, para o autor, a identidade é um processo em construção, ao qual o patrimônio cultural faz parte. E esta identidade é algo

---

<sup>40</sup> GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 108-109.

fluido, e não estanque. Desta construção, fazem parte processos de negociação, disputa e de representações. Por isso, é de grande importância assumirmos estes conflitos para a construção de um projeto de história solidário, com a participação dos grupos sociais que coabitam o mesmo espaço e compartilham aquela cultura.

### 3. STUART HALL

O teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall, por sua vez, em seu texto “Who needs ‘identity’?”, publicado como introdução ao livro *Questions of Cultural Identity*, de 1996, editado pelo mesmo junto a Paul du Gay, compreende a construção dos sujeitos, em uma concepção não essencialista, a partir do contato e do encontro, ou “sutura” (*suture*), e a modificação que o trânsito impõe a corpos, culturas e objetos<sup>41</sup>.

Sua perspectiva está correlacionada a sua condição pessoal de migrante, membro da comunidade migrante caribenha no Reino Unido da década de 1950. Ao se radicar na ex-colônia, teve que negociar e renegociar sua própria identidade. Neste sentido, é elemento fundamental de seu pensamento o descentramento dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo.

Hall entenderá o conceito de identidade – ou “identificação”, que o autor também busca trabalhar – como algo irreduzível, baseando-se tanto na política (de localização e de identidade) quanto na agência individual. A tentativa de rearticulação entre sujeito e práticas discursivas possibilita pensar a identificação.

Em sua perspectiva, a identidade pode ser tomada como um conceito estratégico e posicional frente à modernidade e a globalização, em um contexto de historicização radical.

Para o autor, compreender as identidades a partir de locais históricos e institucionais específicos são mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de unidade idêntica.

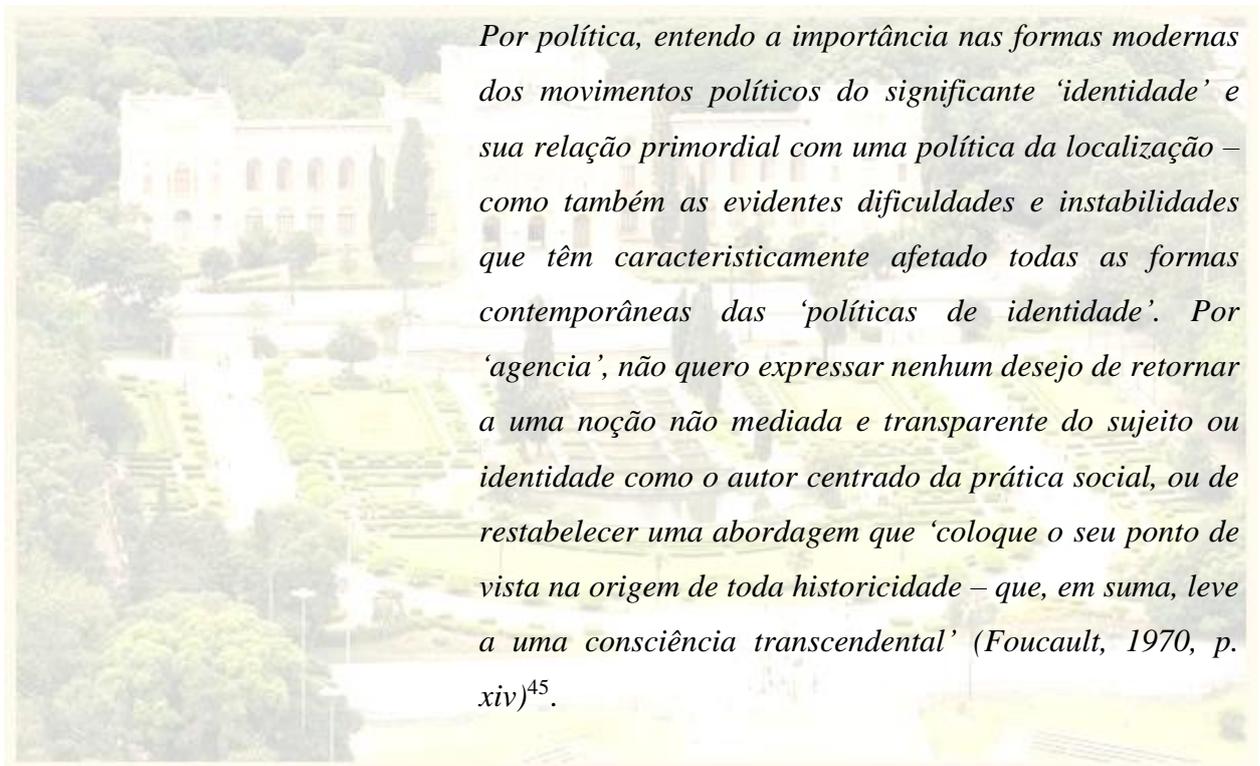
No artigo, Hall mobiliza teóricos como Sigmund Freud, Jacques Lacan, Louis Althusser, Ernesto Laclau, Michel Foucault e Judith Butler e, a partir da psicanálise, da filosofia e das teorias do discurso, busca pensar os sujeitos a partir dos deslocamentos, encontros - aqui chamados de suturas - das transformações, fragmentações e diferenças a qual

<sup>41</sup> HALL, Stuart. Introduction: Who needs ‘identity’?. In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Eds.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Publications, 1996, p. 1-17.

estão expostos, e ainda contrapor conceitos para compreender a "produção do eu como um objeto do mundo". Afinal, pergunta Hall: "*Qual é, então, a necessidade de um debate mais aprofundado sobre 'identidade'? Quem precisa dele?*"<sup>42</sup>.

De acordo com o autor, há duas formas de responder a esta questão: a primeira seria observar a existência de algo que distingue a crítica desconstrutiva a qual muitos destes conceitos essencialistas estão submetidos<sup>43</sup>; e o segundo seria observar onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a *irreducibilidade* do conceito de identidade – que, para o autor, é central para a questão da agência (*agency*) e da política (*'politics'*)<sup>44</sup>.

Por política e agência Hall aqui entende:



*Por política, entendo a importância nas formas modernas dos movimentos políticos do significante 'identidade' e sua relação primordial com uma política da localização – como também as evidentes dificuldades e instabilidades que têm caracteristicamente afetado todas as formas contemporâneas das 'políticas de identidade'. Por 'agência', não quero expressar nenhum desejo de retornar a uma noção não mediada e transparente do sujeito ou identidade como o autor centrado da prática social, ou de restabelecer uma abordagem que 'coloque o seu ponto de vista na origem de toda historicidade – que, em suma, leve a uma consciência transcendental' (Foucault, 1970, p. xiv)*<sup>45</sup>.

Acerca da primeira forma de resposta, o autor realiza a reflexão apoiando-se na concepção não-essencialista e, recorrendo ao filósofo franco-magrebino Jacques Derrida<sup>46</sup>,

<sup>42</sup> Trecho original: "What, then, is the need for a further debate about 'identity'? Who needs it?" (*Ibid.*, p. 1, tradução minha).

<sup>43</sup> *Ibid.*

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>45</sup> Trecho original: "By politics, I mean both the significance in modern forms of political movement of the signifier 'identity', its pivotal relationship to a politics of location – but also the manifest difficulties and instabilities which have characteristically affected all contemporary forms of 'identity politics'. By 'agency' I express no desire whatsoever to return to an unmediated and transparent notion of the subject or identity as the centred author of social practice, or to restore an approach which 'places its own point of view at the origin of all historicity - which, in short, leads to a transcendental consciousness' (Foucault, 1970, p. xiv)." (*Ibid.*, p. 2, tradução minha).

<sup>46</sup> DERRIDA, Jacques. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 42 *apud* HALL, 1996, p. 1-2.

afirma que a identidade não pode ser pensada de forma anacrônica e apresenta a terminologia “sob rasura” (utilizado por Hall como ‘*under erasure*’; do original, de Derrida, em francês, *sous rature*), indicando algo que não serve mais, porém ainda não superado e, na falta de outros conceitos, opera no “*intervalo entre a inversão e a emergência*”<sup>47</sup>.

Já acerca da segunda forma de resposta, entendendo o conceito como irreduzível, baseia-se tanto na política - de localização e de identidade -, quanto na agência - ação individual - e, ao dialogar com o filósofo francês Michel Foucault e a necessidade por ele apontada de “uma teoria da prática discursiva”<sup>48</sup>, apresenta a teoria prática discursiva, abordando o sujeito em uma posição deslocada, descentrada, do paradigma. A tentativa de rearticulação entre sujeito e práticas discursivas possibilita pensar a identificação<sup>49</sup>.

Em seguida, ao discorrer sobre a “identificação” (*identification*), Hall vai afirmar que este acaba sendo um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão difícil quanto o de “identidade” (*identity*), embora preferível<sup>50</sup>. Para Hall, em contraste com o “naturalismo” dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completo – sempre “em processo”<sup>51</sup>. Hall definirá a identificação como:

*[...] um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre ‘de mais’ ou ‘muito pouco’ – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao ‘jogo’, da différance. Ela obedece a lógica do mais-que-um. E uma vez que, como um processo, a identificação opera por meio da diferença, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a demarcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras” (‘frontier-effects’). Ela requer aquilo que é deixado de*

<sup>47</sup> Trecho original: “[...] in the interval between reversal and emergence”. (HALL, 1996, p. 2, tradução minha).

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge**. London: Tavistock, 1972 *apud* HALL, 1996, p. 2.

<sup>49</sup> HALL, 1996, p. 2.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *Ibid.*

*fora, seu exterior constitutivo, para consolidar o processo*<sup>52</sup>.

Dialogando com a cientista política britânica Lois McNay<sup>53</sup>, o autor levanta também questionamento sobre as colocações feitas por Foucault sobre a teoria dos corpos dóceis, os quais sofrem o controle social, com caráter disciplinar<sup>54</sup>. Para Hall, Foucault falha ao considerar o indivíduo sempre assujeitado, não vislumbrando práticas libertadoras, além de não haver teorizado sobre as razões que levam os indivíduos a agirem de determinadas maneiras<sup>55</sup>.

A identidade pode ser vista, na perspectiva apresentada por Hall, frente a globalização e modernidade como um conceito estratégico e posicional, em meio a uma historicização radical. O ponto de sutura mencionado parte do discurso e prática que convoca os indivíduos a assumirem lugares enquanto sujeitos sociais, de discursos particulares, e processos que produzem subjetividades, construindo sujeitos aos quais se pode falar. Compreender as identidades a partir de locais históricos e institucionais específicos, são mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que a identidade em seu sentido tradicional, signo de “unidade idêntica, naturalmente constituída” (*identical, naturally-constituted unity*)<sup>56</sup>.

Hall também analisa ainda, recorrendo à filósofa estadunidense Judith Butler, as “*complexas transações entre o sujeito, o corpo e a identidade*”<sup>57</sup>, e também aborda a concepção do sujeito mediante uma construção discursiva, reunindo suas concepções foucaultianas e perspectivas psicanalíticas, compreendendo a exclusão, um exterior constitutivo e a produção de sujeitos marginalizados, fora do campo simbólico:

*Butler apresenta, aqui, o convincente argumento de que todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por*

<sup>52</sup> Trecho original: “Identification is, then, a process of articulation, a suturing, an over-determination not a subsumption. There is always 'too much' or 'too little' – an over-determination or a lack, but never a proper fit, a totality. Like all signifying practices, it is subject to the 'play', of *différance*. It obeys the logic of more-than-one. And since as a process it operates across difference, it entails discursive work, the binding and marking of symbolic boundaries, the production of 'frontier-effects'. It requires what is left outside, its constitutive outside, to consolidate the process.” (*Ibid.*, p. 3, tradução minha).

<sup>53</sup> MCNAY, Lois. **Foucault: A Critical Introduction**. Cambridge: Polity Press, 1994, p. 104 *apud* HALL, 1996, p. 12.

<sup>54</sup> HALL., 1996, p. 12.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>57</sup> Cf. BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. London: Routledge, 1990; BUTLER, Judith. **Bodies That Matter**. London: Routledge, 1993, p. 1 *apud* HALL, 1996, p. 14.

*meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável – ‘a produção de um “exterior”, de um domínio de efeitos inteligíveis’ (1993:22) –, o qual então retorna para complicar e desestabilizar aquelas foraclusões (foreclosures) que nós prematuramente chamamos de ‘identidades’<sup>58</sup>.*

Hall aqui aponta que Butler formula esse argumento, de forma eficaz, em relação à sexualização e à racialização do sujeito<sup>59</sup>.

Entretanto, para Butler, as identificações pertencem ao imaginário e às coabitações ambíguas<sup>60</sup>. Portanto, segundo Hall, há limites no que tange à política da identidade<sup>61</sup>. A identidade enquanto tema só poderá avançar quando, tanto a necessidade quanto a impossibilidade, bem como encontro do psíquico e do discursivo em sua constituição forem plenamente reconhecidos.

Compreendendo a construção dos sujeitos a partir do contato e do encontro, e a modificação que o trânsito impõe a corpos, culturas e objetos, Hall nos provoca a partir da indagação sobre as categorias fixas e uniformes, e propõe uma reflexão ainda pertinente sobre o lugar dos sujeitos racializados e etnicizados – através do ideal normativo regulatório de um “eurocentrismo compulsório”<sup>62</sup> –, as relações com o Eu e o Outro e os processos inerentes de reconhecimento coletivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo busquei discutir o problema da conformação da memória e a constituição de identidades a partir dos trabalhos do sociólogo austríaco Michael Pollak, do

---

<sup>58</sup> Trecho original: “Here Butler makes a powerful case that all identities operate through exclusion, through the discursive construction of a constitutive outside and the production of abjected and marginalized subjects, apparently outside the field of the symbolic, the representable – ‘the production of an ‘outside’, a domain of intelligible effects’ (1993:22) – which then returns to trouble and unsettle the foreclosures which we prematurely call ‘identities’.” (HALL, 1996, p. 15, tradução minha).

<sup>59</sup> *Ibid.*

<sup>60</sup> BUTLER, 1993, p. 105 *apud* HALL, 1996, p. 16.

<sup>61</sup> HALL, 1996, p. 16.

<sup>62</sup> *Ibid.*

antropólogo e sociólogo argentino Néstor García Canclini e do sociólogo e teórico cultural britânico-jamaicano Stuart Hall, através da análise dos textos “Memória, esquecimento e silêncio” (1989), de Pollak, “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional” (1994), de García Canclini, e “Who needs ‘identity’?” (1996), de Hall.

Ao analisar estes três textos, apesar de suas diferentes abordagens e perspectivas, é possível observar pontos de encontro entre o pensamento dos três autores acerca da questão as identidades e memórias coletivas.

Para os três autores, a identidade coletiva não é algo determinado, um dado imóvel no tempo e o espaço, mas uma construção dinâmica e fluida, que varia conforme o seu contexto histórico.

Nesta construção de uma identidade coletiva, os três autores destacam a existência de processos de negociação, representação e disputa entre uma grande diversidade de memórias de indivíduos e grupos que compõem a sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

GARCÍA CANCLINI, Néstor. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (coord.). **El patrimonio nacional de México, v. I**. México: FCE; Conaculta, 1997, p. 57-86.

\_\_\_\_\_. Los usos sociales del patrimonio. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, 1993.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional (tradução de Maurício Santana Dias). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

HALL, Stuart. Introduction: Who needs ‘identity’?. In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Eds.). **Questions of Cultural Identity**. London: Sage Publications, 1996, p. 1-17.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23 – Cidade**. Rio de Janeiro: Iphan; Ministério da Educação, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, Coleção Repertórios.



POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio (Tradução de Dora Rocha Flaksman). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/14>



**All Rights Reserved © Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito**

ISSN da versão impressa: **2236-5796**

ISSN da versão digital: **2596-111X**

[academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br](mailto:academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br)

[www.apd.org.br](http://www.apd.org.br)



This work is licensed under a [Creative Commons License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)